

**CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO PROGRAMA GOIÁS TEC
– ENSINO MÉDIO AO ALCANCE DE TODOS****Dávila Marçal Martins¹
Ari Raimann²**¹Universidade Federal de Jataí/ davilamarcal@discente.ufj.edu.br²Universidade Federal de Jataí/ raimann04@ufj.edu.br**Resumo:**

Ao pesquisar sobre o trabalho docente nas escolas rurais do município de Jataí no sudoeste goiano, identificou-se o ensino presencial mediado por tecnologias nas escolas rurais, indígenas e quilombolas por meio do Programa Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos. Neste programa, *professores formadores*, gravam aulas para serem transmitidas a todas as instituições da zona rural de todo o Estado de Goiás. Os alunos que assistem essas aulas estão sendo acompanhados por um *professor mediador*. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar a gestão da educação que sustenta as ações pedagógicas empreendidas pelo Programa Goiás Tec. A questão norteadora é: qual é o tipo de educação que se encontra por trás desse modelo de ensino? Por meio de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa que buscou conhecimentos sobre o atual modelo de gestão da educação no Brasil e a sua implicação nas políticas educacionais, foi possível considerar que uma educação que não propicia debates, questionamentos e discussões acerca dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, impondo aos alunos, aulas que foram planejadas para serem transmitidas em larga escala, objetiva apenas, a manutenção de uma sociedade já pré-estabelecida.

Palavras-chave: Programa Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos. Gestão da educação. Modelo de educação.

Introdução:

Há diferentes concepções acerca do tipo de educação que venha a ser o mais adequado para a população que vive em regiões de zona rural. Autores como Arroyo Caldart e Molina (1998) defendem que as escolas localizadas no campo devem propiciar aos seus alunos um currículo diferente da zona urbana, isto é, que os conteúdos, estratégias didáticas e metodologias de ensino sejam coerentes com a realidade do povo da zona rural do ponto de vista do trabalho e da socialização. Contrapondo esse posicionamento, Luiz Bezerra Neto e Santos Bezerra (2011) afirmam que a defesa de uma educação específica para o campo corrobora a ideia de multiculturalismo e diferenças sociais e culturais, fazendo com que esses debates se sobreponham aqueles que tratam de dar destaque as desigualdades de classes

presentes na sociedade. De acordo com esses autores a supervalorização do cotidiano da criança coopera para o conformismo diante uma realidade já pré-estabelecida.

Outra questão apontada pelo autores supracitados é que essa diferenciação entre educação para a zona rural e educação para a zona urbana só reforça a ideia de que essas populações existem separadamente, contribuindo com a ideia de que as suas diferenças primordiais se encontram na cultura e, se é por ela que os homens são educados, basta que apenas o cotidiano escolar possa dar conta dos problemas de uma sociedade. De acordo com Bezerra Neto e Santos Bezerra (2011) essa é uma visão totalmente idealista da realidade porque não considera a luta de classes dentro do modo de produção capitalista.

De qualquer forma, diante dos embates ideológicos de qual tipo de educação seria melhor para a zona rural, as reivindicações de grupos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), conseguiram que as normativas para a Educação no Brasil dessem destaque a necessidade de um ensino e aprendizado diferente para os residentes da população do campo.

No entanto, autores como Arroyo (2007) e Antunes Rocha (2014) demonstram em suas pesquisas, que no Brasil, a maioria das escolas rurais não conseguem oferecer aos seus alunos um ensino contextualizando a realidade do campo, o que está em desacordo com o que prevê o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) que estabelece que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”.

Nesse sentido, esse trabalho se caracteriza como resultado parcial de uma pesquisa realizada no Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí (PPGE – UFJ) que pretende compreender o trabalho docente nas escolas rurais do município de Jataí localizado no sudoeste do Estado de Goiás por meio da análise do trabalho do professor diante as políticas educacionais elaboradas em meio a Nova Gestão Pública no contexto do modo de produção do capital.

No decorrer da pesquisa, identificou-se o ensino presencial mediado por tecnologias como alternativa para a educação oferecida para os alunos do Ensino Médio de escolas rurais, indígenas e quilombolas através do Programa Goiás Tec – Ensino Médio ao

Alcance de Todos. Neste programa, o Governo do Estado de Goiás, no ano de 2019, por meio da Secretaria de Estado da Educação – (Seduc/GO) propôs a contratação de apenas um professor para cada componente curricular proposto do Ensino Médio, o que está sendo implementado desde o ano de 2020.

Assim, *professores formadores*, de um estúdio na capital do Estado de Goiás, gravam aulas para serem transmitidas a todas as instituições da zona rural de todo o Estado de Goiás. Os alunos que assistem essas aulas estão sendo acompanhados por um *professor mediador*, que deve auxiliá-los a compreender a exposição feita na aula *online* e a realizarem as atividades dos apostilados ofertados pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

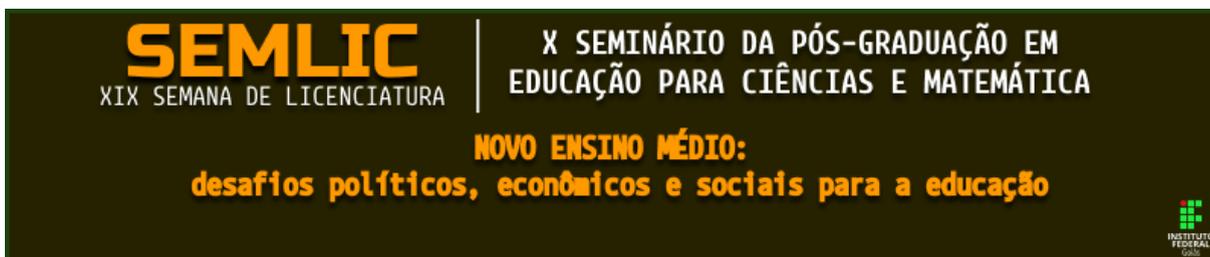
O objetivo desse trabalho é analisar a gestão da educação que sustenta as ações pedagógicas empreendidas pelo Programa Goiás Tec. A questão norteadora se traduz na seguinte pergunta: que tipo de educação se encontra por trás desse modelo de ensino empreendido nas escolas de Goiás? De acordo com os procedimentos para coleta de dados, essa pesquisa pode ser classificada como bibliográfica de natureza qualitativa (Gil, 2002).

Portanto, esse artigo está organizado em duas sessões: na primeira sessão é feita uma análise da meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) e quais foram as medidas tomadas para o seu possível cumprimento. É dado destaque as iniciativas de precarização da educação por meio do enxugamento de gastos.

Na segunda sessão são trazidos argumentos que sustentam que a origem dessas iniciativas de cortes orçamentários e eficiência produtiva está pautada no modo de produção capitalista vigente e no tipo de gestão que ela imprime na prestação de serviços. Por último, são apresentadas as considerações finais.

Políticas Educacionais e Tendências Pedagógicas

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) estabelece 20 metas para a Educação no Brasil que devem ser atingidas durante os seus dez anos de vigência. Assim, a meta 2 prevê universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa da Educação Básica na idade recomendada.



(Brasil, 2014). Para que essa meta seja alcançada pelas escolas das zonas rurais do Brasil uma das estratégias é:

Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas [...]. (BRASIL, 2014, p. 20).

A referida estratégia não define quais tecnologias pedagógicas seriam essas, mas pode sugerir que haja no campo aulas em regime híbrido em que os professores planejem ações didático-pedagógicas possíveis de serem realizadas pelos discentes de forma autônoma, isto é, sem a presença do professor. Nesse sentido, é preciso que os professores de escolas rurais tenham formação específica na modalidade de Educação do Campo para que ao providenciar e implementar tais tecnologias, tenham mais chance de êxito.

Uma vez que o objetivo dessa estratégia é o de assegurar a permanência dos estudantes das escolas do campo, essas aulas devem ser relevantes, atrativas e possíveis de serem realizadas pelos alunos, o que será mais provável se tiverem sido elaboradas por professores devidamente preparados para as vagas que ocupam e que dominem diferentes conteúdos, métodos e metodologias de ensino-aprendizagem. Além disso é necessário um currículo coerente com as realidades das populações não urbanas.

No entanto, interpreta-se que a estratégia tomada pelas secretarias de educação de alguns Estados brasileiros para o cumprimento da referida meta 2, no que se refere a população da zona rural, foi a implementação da modalidade de Educação mediado por tecnologias.

Dessa forma, no Estado de Goiás, a Lei Nº 20.802, de 08 de julho de 2020 determina que:

Art. 1º Fica instituído o Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC, com o objetivo de implantar o Ensino Médio por Mediação Tecnológica em distritos, zonas rurais e regiões de difícil

acesso ou que possuam carência de professores habilitados por área de conhecimento.

Parágrafo único. O Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos oferta o Ensino Médio regular com o uso de ferramentas tecnológicas, sendo composto por aulas ministradas, em estúdio, por professores habilitados por área de conhecimento, transmitidas, via satélite, em tempo real, aos estudantes que estarão na sala de aula interativa da sua comunidade; e acompanhamento e orientação de um professor mediador, a fim de garantir a comunicação e a interação por meio de chat entre os participantes desse processo de ensino aprendizagem.

Neste programa, o Governo do Estado de Goiás, no ano de 2019, por meio da Secretaria de Estado da Educação – (Seduc/GO) propôs a contratação de apenas um professor para cada componente curricular proposto para o Ensino Médio. No ano de 2021, Silva e Oliveira publicaram um artigo sobre o Goiás Tec e destacaram que

O projeto em discussão pretende atenuar a carência de professores habilitados para o ensino das disciplinas críticas no ensino médio, implantando a oferta deste ensino mediado por tecnologias, cujas aulas serão ministradas, em um estúdio na capital do Estado, por professores com formação específica, sendo transmitidas simultaneamente para as escolas onde o projeto se encontra ativo, assim, todos os professores serão substituídos por um professor mediador. (SILVA e OLIVEIRA, 2021, p. 148 e 149).

Nesse sentido, *professores formadores* gravam aulas para serem transmitidas a todas as instituições da zona rural de todo o Estado de Goiás. Os alunos que assistem essas aulas são acompanhados por um *professor mediador*, que devem auxiliá-los a compreender a exposição feita na aula *online* e a realizarem as atividades presentes nos apostilados ofertados pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

A promulgação dessa lei está embasada nos argumentos de que não há um número suficiente de professores qualificados para atender a demanda do Estado e que, portanto, há dificuldades de se encontrar professores para trabalhar em escolas que estão longe dos centros urbanos. De acordo com o texto do Projeto em questão

[...] para atender a essas e outras regiões mais distantes, em algumas áreas do conhecimento há déficit de professores com formação específica. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica, de 2019, dos 513 403 docentes que atuavam no ensino médio, até o final de 2018, 482 269 possuem ensino superior, sendo que, desse percentual, 80% possuem apenas graduação e 41,9% não possuem formação compatível com quaisquer dos componentes curriculares que lecionam. (GOIÁS, 2019)

Nesse sentido, ao contrário de valorizar os docentes para ter mais procura pela profissão e, portanto, uma quantidade maior de professores, optou-se por reduzir gastos investindo apenas em recursos tecnológicos e apostilados:

Outra questão é que o fato dessas aulas serem gravadas e distribuídas em massa pode inviabilizar o uso de metodologias de ensino coerentes com a realidade dos alunos de escolas não urbanas, em razão de essas aulas serem as mesmas para comunidades indígenas, quilombolas, comunidades ligadas ao campesinato e trabalhadores assalariados e estudantes da zona urbana que vivem em locais afastados do centro.

Diante dessas informações é possível dizer que a possibilidade de diferentes planos de aula é extremamente limitada. Em algumas tendências educacionais que suportam as teorias sobre o processo de ensino aprendizagem, por exemplo a Pedagogia Histórico Crítica de Saviani (2014) ou a Crítica Social dos Conteúdos de Libâneo (1993), a interação entre professor e aluno é primordial para a elaboração de um plano de aula. Pois é somente a partir de diálogos, debates, dúvidas e questionamentos é que pode estabelecer uma prática social inicial, trazer problematizações, conduzir uma instrumentalização e chegar a uma catarse, isto é, desenvolver ações que possibilitam o aluno a compreender os fenômenos presentes na realidade que o cerca e assim poder interferir nessa realidade. Além disso, ações didático-pedagógicas que valorizam o cotidiano da criança também é impensável em um modelo de ensino que prevê o planejamento de aulas para ser executado em larga escala.

Gestão da Educação e da sala de aula

A opção por contratar um único professor para cada disciplina, que tem a tarefa de gravar uma aula a ser transmitida para todos os alunos do Estado, que assistirão junto a um

único *professor mediador*, em vez de estimular a procura pelos cursos de licenciatura e valorizar os docentes proporcionando-lhes remuneração equivalente ao de outros profissionais com o mesmo de nível de escolaridade e planos de carreira, demonstra que o setor público está seguindo o modelo de gestão privada, o qual, prioriza a eficiência e otimização, ocasionando a redução de gastos e por consequência, o enxugamento de quadro de profissionais. Para esclarecer melhor esse argumento recorre-se a Antunes (2001) e a Parente (2018).

De acordo com Antunes (2001), em meados dos anos de 1970, o conjunto das economias capitalistas passou por uma crise estrutural do capital, o que ocasionou a sua reestruturação para a recuperação do seu ciclo de reprodução o que levou o modelo de produção taylorista/ fordista a ser substituído pelo modelo toyotista. O autor anteriormente citado enumera as principais características desse novo modelo:

- 1) sua produção muito vinculada à demanda;
- 2) ela é variada e bastante heterogênea;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções;
- 4) tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no Toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% eram produzidos no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere à “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela. (ANTUNES, 2001, p. 41 e 42);

O novo modelo de produção não se restringiu à esfera do setor privado, sendo os seus fundamentos e princípios incorporados pela gestão pública, o que deu início a Nova Gestão Pública (NGP) ou gerencialismo (Parente, 2018), que passou a influenciar a esfera governamental, provocando cortes orçamentários nas verbas públicas, privatização das empresas estatais e a implantação de programas de modernização dos serviços públicos. (Parente, 2018, p. 92). Essas medidas levaram à criação do Projeto Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos.

Em contexto de zona rural, uma educação na configuração empreendida pelo Programa supracitado, dificulta o diálogo e os debates tão necessários na relação entre professor e estudante. Além disso torna difícil o desenvolvimento de diferentes metodologias de ensino e colabora com um currículo tecnológico. (Jesus, 2017).

Esse tipo de currículo tem sua natureza no método, sendo o seu objetivo, identificar meios eficientes, programas e materiais para o alcance de resultados pré-estabelecidos. De acordo com (Jesus, 2018, p. 2.643) ele pode ser expresso de várias maneiras: “levantamento de necessidades, plano escolar sob o enfoque sistêmico, instrução programada, sequências instrucionais, ensino prescritivo individualmente e avaliação por desempenho”. Um ensino no qual os alunos assistem uma exposição e depois respondem a apostilados é pautado em um currículo tecnológico.

Considerações finais

É fundamental refletir sobre as intenções por trás desse formato de ensino. Uma hipótese é que a escola rural com esse modelo de ensino não viabiliza uma educação para o campesinato como defende o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e tampouco viabiliza uma educação que considere a realidade como objetiva, que propicia conhecimento científico, que leve ao entendimento de que o ser humano é formado por sua relação metabólica entre homem-natureza, como defende Bezerra Neto e Bezerra (2011).

Ao planejar e instituir uma educação que não propicia debates, questionamentos e discussões acerca do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, e que obriga a apenas a aceitar o que lhes é imposto, prevê apenas a manutenção de uma sociedade já dada, contra os direitos da classe trabalhadora.

Referências:

ANTUNES-ROCHA, M. I. Da educação rural à educação do campo: construindo caminhos. In.: CARVALHO, C. H; CASTRO, M. (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. v.2.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. v. 27, n. 72.

Campinas- SP: Cad. Cedes, 2007.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.;

FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

ARROYO, M. G. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Documentos Finais**. Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.

BEZERRA N, L.; DOS SANTOS BEZERRA, M. C. **EDUCAÇÃO DO CAMPO:**

referenciais teóricos em discussão. Revista EXITUS, vol. 1, núm. 1, julho-diciembre, 2011, pp. 93-103. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Brasil. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=553156352010>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. 2014-2024.

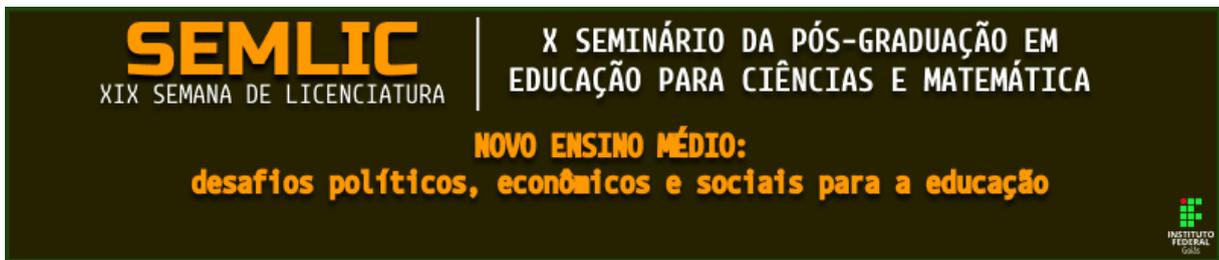
BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 21 de maio de 2023.

DA SILVA, S. A.; OLIVEIRA, E. G. S. **Projeto GOIÁS TEC–ensino médio ao alcance de todos: o Estado gestor e o desmonte da profissão docente**. Revista Panorâmica online, v. 1, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**. Goiânia. 2020.



GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência do Ensino Médio. **Projeto Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos**. Goiânia, Go. 2019.

JESUS, AR de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. In: Congresso Nacional de Educação. 2008. p. 2638-51.

LIBÂNEO, J. C; **DA ESCOLA PÚBLICA, Democratização**. A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. Democratização da Escola Pública, 1993.

PARENTE, J. M. **Gerencialismo e Performatividade na Gestão da educação Brasileira**. Educação em Revista, v. 19, n. 1, p. 89-102, 2018.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina: diálogo entre as ciências**, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014.